

Tô com o Padre

www.padrejoao.com.br



Mandato Coletivo e Participativo Deputado Padre João

BOLETIM ESPECIAL



REDUÇÃO DO ICMS DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Os agricultores familiares de Minas Gerais têm finalmente o seu direito garantido. A alíquota cobrada pelo Governo Mineiro sobre os produtos da Agricultura era de 7%, 12% e 18%, dependendo do produto. No dia 15 de outubro de 2009, foi publicado o Protocolo de Intenções que regulamenta o Decreto N° 44867/2008, que reduz a tributação a alíquota única de 3%.

Essa conquista é fruto de incansável mobilização de agricultores familiares do Estado, em especial daqueles que participam do Programa Aquisição de Alimentos (PAA), que expuseram ao Deputado Padre João o problema e este abriu um intenso debate na Assembleia Legislativa de Minas Gerais exigindo do Governo a isenção do tributo do ICMS sobre os produtos da Agricultura Familiar.

Audiência Pública realizada em 03 de julho de 2008 na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, requerida pelo Deputado Padre João, teve como principal desdobramento a formação de um grupo de trabalho e estudo, com representantes da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; CONAB; EMATER; FETRAF; FETAEMG; Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais; Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Conselho Estadual de Segurança Alimentar de MG. O Decreto N° 4486 de 15 de Agosto de 2008 foi resultado deste grupo de trabalho e estudo.

“O decreto foi um passo. Mas sem regulamentação, não tinha aplicabilidade. Foi necessário mais um ano de reuniões, reivindicações e negociações com o Governo. Somente com a obstrução aos projetos de interesse do Governo, proposta pelo Deputado Padre João e aceita pela Bancada do PT/PCdoB/PMDB na ALMG é que finalmente conseguimos a pu-

blicação do Protocolo de Intenções 444/2009, com as normas e critérios de adesão que as associações e/ou cooperativas da Agricultura Familiar devem realizar na Administração Estadual Fazendária(AEF) e garantir o benefício da redução.” disse Padre João

1) O QUE É O PROTOCOLO DE INTENÇÕES 444/2009?

É um conjunto de compromissos firmados entre o Estado de Minas Gerais, representado por algumas Secretarias de Estado e Associações ou Cooperativas de Produtores da Agricultura Familiar.

2) QUAL É O OBJETIVO?

Para incentivar a produção, processamento e viabilizar a comercialização dos produtos originários da agricultura familiar por meio das cooperativas ou associações de produtores da agricultura familiar que possuam inscrição coletiva no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

3) QUAL É A NOVIDADE QUE O PROTOCOLO TRAZ?

A grande novidade do Protocolo de Intenções é a aplicação de tratamento tributário diferenciado para a Agricultura Familiar:

a) na saída dos produtos realizadas pelas associações ou cooperativas e destinados à contribuintes do imposto, a base de cálculo será reduzida em:

61,11% (sessenta e um inteiros e onze centésimos por cento) quando a operação for tributada à alíquota de 18% (dezoito por cento);

41,66% (quarenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) quando a operação for tributada à alíquota de 12%.

b) o imposto será recolhido mediante aplicação de crédito presumido

resultante em carga tributária efetiva de 3% (três por cento), nas saídas do centro de distribuição das cooperativas e associações.

PARA TER DIREITO A ESSE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DEVERÃO:

a) realizar operações de circulação de mercadorias exclusivamente em nome dos seus associados;

b) requerer Inscrição Coletiva no Cadastro de Contribuintes do ICMS da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), que pode ser obtido nos escritórios regionais da SEF;

c) manter em seus quadros de associados apenas: agricultores familiares que tenham individualmente uma renda bruta anual de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

d) emitir diretamente as Notas Fiscais (mod. 1 ou mod. 1A) autorizadas pela SEF;

e) fornecer e controlar talonários das Notas Fiscais mod. 2 da SEF aos associados;

f) recolher ICMS devido, nos termos e prazos previstos no RICMS/02;

g) responder solidariamente pelas obrigações tributárias de seus associados;

h) cumprir todas as obrigações tributárias previstas no Regime Especial e na legislação vigente.

Luz para Todos

Outra conquista importante para o Estado de Minas, resultado desta mobilização do bloco PT/PMDB/PCdoB, sugerida por Pe. João foi o acordo com a CEMIG e o Governo para licitação e execução de mais de 70 mil ligações do Luz Para Todos até Dezembro de 2010. Passando de 56 mil para 126 mil ligações em todo Estado.

FONTE: Jornal “Minas Gerais” - Seção: Executivo; Caderno I, pag. 39 - Coluna 02. Data: 15/10/2009 / Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(SEAPA)

Gabinete Belo Horizonte

Rua Rodrigues Caldas, 79 - 19º andar
Santo Agostinho - CEP: 30190-921

Tel: (31) 2108-5415
Fax: (31) 2108-5414

dep.padre.joao@almg.gov.br
www.padrejoao.com.br

